



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



EDIFÍCIO SEDE DA CNI, BRASÍLIA, DF, 17 DE JUNHO DE 2002

Meu caro Carlos Eduardo, Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Deputado, mas, sobretudo, amigo, porque suas palavras já o revelam aqui; Senhores Ministros aqui presentes; meus queridos Bolívar Lamounier e Rubens de Figueiredo, coordenadores do livro e autores de parte dele; Senhores Parlamentares; Senhores Embaixadores; Senhoras e Senhores,

Geralmente, nos discursos, a gente começa dizendo que é com muita satisfação, etc. Desta vez é. É, realmente, um prazer poder estar aqui, no meio de gente tão amiga e ter ouvido as palavras do nosso querido Carlos Eduardo; e, também, de estar aqui por causa da publicação de um livro que foi coordenado pelo Bolívar e pelo Rubens.

Bolívar é velho companheiro. Não posso dizer velho companheiro, porque eu faço, amanhã, 71 anos. É muita idade. Ele tem a metade disso. De qualquer maneira, trabalhamos juntos por muitos anos, e sei da seriedade com que ele leva essas coisas, desde os tempos mais difíceis, dos anos 70, em que trabalhávamos juntos no Sebraf, com o José Arthur Giannoiti, com o Paulo Singer, com Elza Berquó, com tanta gente mais.

Tenho certeza de que um livro organizado pelo Bolívar e pelo Rubens de Figueiredo só pode dar um resultado bom. Resultado bom não quer dizer resultado que agrade: quer dizer resultado sério, que seja fruto de um esforço, de um esforço objetivo, que junte os dados, faça o balanço e veja qual era o ponto de partida e qual é o processo, o que se conseguiu, o que não se conseguiu; um livro que ajude a compreender melhor o que é o Brasil, o que foram as mudanças propostas, as dificuldades, o que se conseguiu, o que não se conseguiu.

Acho, também, que a publicação deste livro – embora, para mim, seja sempre um pouco incômodo a gente começar a se sentir parte da História estando vivo, porque tenho 70 anos, mas estou aqui, estou firme, ainda; é um pouco incômodo, sempre – é uma demonstração de maturidade dessa nossa sociedade, porque é o momento de fazer avaliações corretas, concretas, objetivas, avaliações críticas, certamente, com independência, para orientar as opções, as opções políticas que o País tem que fazer.

Então, no momento em que vamos entrando numa campanha eleitoral, é mais que oportuno que se faça uma reflexão sobre o que aconteceu, onde estamos, o que falta fazer, quais são as dificuldades, qual é a esperança, quais são os obstáculos mas, sobretudo, quais são os modos pelos quais se vão superar os obstáculos e chegar mais próximo do que se deseja, das esperanças que todos nós temos.

É sempre, naturalmente, muito complicado fazer-se a História. A História mais difícil é a História do presente, porque não há distância suficiente, e isso sempre é uma limitação. Mas, por outro lado, é muito instigante também. E a História, sendo feita não por historiadores profissionais, mas por cientistas políticos, por economistas e por jornalistas, é uma História, digamos assim, viva, porque, realmente, vai permitir, se não – e nem pode ser – um julgamento definitivo, porque é muito difícil, uma contribuição muito grande. Mas é uma contribuição, também, para os atores – atores tanto no sentido daqueles que participaram e que participam do Governo e da sociedade, neste momento, como os que vão nos substituir.

O Doutor Carlos Eduardo disse uma coisa que acho muito importante. É muito importante reafirmarmos sempre os valores da democracia. Acho que, está bem, fizemos a estabilização da economia, há problemas, etc., mas fizemos. Mas, fizemos na democracia, que é uma coisa muito diferente do que conseguir-se uma estabilização num regime autoritário, porque fizemos com o Congresso e com a sociedade. Portanto, foi preciso convencer. E convencer, etimologicamente, quer dizer “vencer junto”.

Talvez seja esse o traço, enfim, que, pelo menos, mais me agrada no esforço que nós todos fizemos no Brasil, que foi transformar, romper, às vezes, tradições difíceis de serem rompidas, obter alguns resultados práticos, em várias áreas, especialmente na área econômica, mas fazê-lo dentro do processo democrático, o que, naturalmente, requer mais tempo, muito mais tempo. Mas é mais sólido.

E, na medida em que as transformações que vão sendo feitas têm legitimidade e apoio, por consequência, torna-se mais difícil também andar para trás. Sou muito confiante na democracia e na evolução da sociedade brasileira.

As transformações aqui são muito grandes, mas talvez as transformações mais importantes não sejam produto de uma decisão do Governo nem de aprovação do Congresso, senão que sejam transformações de mentalidade e do modo de perceber as coisas. Isso está ocorrendo no Brasil. Está ocorrendo uma transformação grande de mentalidade no Brasil, a tal ponto que não tenho nenhum receio. Muitas vezes, vejo as pessoas dizerem: “Ah, se houver uma eleição e se acontecer isso, acontecer aquilo, vai para...” Não. Havendo eleição, quem ganhar vai governar, porque temos uma democracia e vamos ajudar a governar. “Nós” não sou eu: a sociedade vai ajudar a governar.

As opções têm que ser feitas não nesses termos, não é em termos do medo: é em termos da afirmação. É que nós queremos fazer algumas modificações com segurança. Queremos fazer mais do mesmo e outras coisas que não são o mesmo, que são novas. Como disse o Carlos Eduardo, o importante é o rumo. Então, queremos é seguir num certo rumo, mas não por temor de que “Ah, bom, então, vai acontecer isso ou

aquilo.” Nada vai acontecer, se quisermos, porque o que vai acontecer é uma continuidade, graças ao convencimento da sociedade de que é preciso continuar mudando. É um processo, sempre, tudo isso.

Quando se imagina que se vai chegar ao Governo – claro, todos temos sonhos e temos que ter –, depois se vê que os obstáculos parecem muito maiores do que se imaginavam no ponto de partida. Depois, vê-se que não é tanto assim também, que dá para contornar, que dá para avançar. Falta sempre.

O Doutor Carlos Eduardo mencionou agora – até fiquei satisfeitíssimo, porque vim muitas vezes e continuarei vindo aqui a esta Casa – que desta vez não vai ter cobrança. Eu fiquei surpreso. Mas eu vou fazer uma cobrança, porque a reforma tributária está ao alcance da nossa mão. Os projetos estão no Congresso, tanto do ICMS quanto dos impostos em cascata. Então, dá para fazer. Esse ainda dá para fazer agora, não depende do Governo nem há falta de vontade minha. Se faltar vontade, não terá sido a minha, porque realmente está tudo preparado para fazermos esse avanço.

Talvez, olhando em retrospectiva – não vou me referir ao livro, até porque eu o li salteado e disse, quando o recebi: Olhem aqui, é grosso demais para Presidente da República, mas eu o leio –, devamos nos preocupar com o que fazer, porque há certos problemas do Brasil que se tornaram urgentes. No início do meu Governo, ou mesmo antes, quando eu era Ministro do Presidente Itamar, era urgente debelar a inflação; era urgente dar uma certa forma ao Orçamento; era urgente começar a mudar a estrutura do Estado.

Hoje, é urgente cuidar da segurança. Eu até diria que, correspondentemente ao desafio que tive de enfrentar com a inflação, hoje o desafio é com a segurança. Esse é o problema central. E nesse vamos precisar de um esforço coletivo, como foi no caso da inflação. É preciso que haja explicação, que se fale muitas vezes, motivar, dar os meios, mobilizar. E, junto com esse da segurança, todos sabemos que há o problema do tráfico de drogas. É um desafio diferente dos que o Brasil enfrentou até há pouco. É um desafio talvez até de uma sociedade um pouco mais próspera e mais moderna, no que tem de mau a prosperi-

dade e a modernidade – no que tem de mau. Mas é de outra natureza o desafio.

É claro que, se a gente olhar – aqui, no livro, não há nenhum balanço sobre a infra-estrutura de energia e coisas assim, pelo estilo –, se se olhar o que foi feito, vê-se que muitas outras coisas poderiam ter sido feitas. Outras não foram nem tocadas. Mas, mesmo naquilo que talvez preocupe, como é natural nesta Casa, aos empresários, aos industriais, o pior é não termos conseguido um ritmo de crescimento como desejávamos. Isso é indiscutível. Contra fatos é melhor não argumentar, negando-os. É melhor aceitar.

Bom, é verdade. Não conseguimos imprimir um ritmo de aceleração ao processo de crescimento econômico do porte que queríamos. Há mil razões. Sempre se pode explicar. Mas acho que, a despeito disso – eu falava, há pouco, nisso por causa de uma reunião que tive hoje sobre o Rio de Janeiro – a despeito disso, acho que o que aconteceu também nessa área foi uma modificação grande. Todos vivemos falando de globalização. Há uns que são fanáticos por ela, outros são inimigos dela e outros simplesmente acham que isso é um processo que está aí. Mas é um processo desafiador. Desafiador porque, queiramos ou não, vamos ter que conviver com ele. E altera tudo.

Como a própria globalização é consequência da revolução dos meios de comunicação e da revolução da informática, da telemática e de tudo isso, eu, pessoalmente, assisti às consequências dessa transformação sobre o modo de governar. Quer dizer, progressivamente, foi havendo um bombardeio de informações e de participação da sociedade brasileira como era impensável. Mesmo do primeiro ano do meu Governo para hoje a diferença é notável quanto ao fluxo de informações, à velocidade das informações, às interpretações, as mais variadas, a segmentação de tudo isso, uma mobilização muito difusa, mas forte da sociedade. Mudou o modo de se exercer o governo, em função do aumento da informação – e informação global. O que acontece em qualquer lugar do mundo, na hora se está sabendo. Não é que o Governo esteja sabendo: todo mundo está sabendo. E, na sociedade, engana-se quem imaginar que os excluídos não estão sabendo, até porque, graças a Deus, há cada vez menos excluí-

dos no sentido de ter algum contato, alguma informação. Pode não saber com a precisão que outros segmentos sabem, mas todos sentem, porque o rádio, a televisão, a conversa em família, a conversa no botequim, tudo isso, de imediato, traz a realidade presente que está acontecendo lá longe, e traz na hora o que está acontecendo.

E os governos têm que responder a demandas permanentes e, muitas vezes, se perdem quando não têm a capacidade de ver mais longe, de ter uma estratégia, de saber o rumo das coisas. Perdem-se porque vão tentar responder a tudo e não podem. Vão ser massacrados por essa metralhadora permanente, que é produto da sociedade contemporânea, do modo como a sociedade funciona nos dias de hoje.

Mas mais ainda – e isso é uma banalidade, mas dói: pela primeira vez, coube a mim inaugurar no Brasil o ciclo das grandes crises financeiras, rápidas, que vêm de fora, com uma velocidade incrível. Já contei mais de uma vez que, quando fui eleito, em 94, eu tinha combinado com duas pessoas – o que seria Ministro do Planejamento, José Serra, e o que seria Presidente do Banco Central, o Pérsio Arida – que iríamos ajustar o câmbio. E, antes, pedi ao Presidente Itamar que ajustasse o câmbio. Só que, no dia 20 de dezembro, estourou a crise do México. E, aí, não era possível mais. Foi um fenômeno completamente alheio à nossa capacidade de previsão, de decisão, do que fosse e afetou diretamente a nossa possibilidade de atuação, aqui, numa coisa que era central para nós naquele momento.

De lá para cá, foi crise atrás de crise, que vêm de fora. E algumas são nossas. Em 97, houve a crise da Ásia; em 98, a da Rússia; em 99, a do Brasil. Em seguida, a da Argentina, Estados Unidos, e assim vai.

Então, lá na campanha de 94, em que fizemos o programa, não se colocou como uma das contingências do Governo o fato de que íamos entrar em uma época de crises financeiras seguidas e que têm um impacto enorme.

Mas não há mais a opção – isso é uma banalidade, hoje – da autarquia. Quer dizer, todo grande pensamento dos anos 50, 60, 70, estava baseado em um crescimento da economia numa economia fechada. E quantos continuaram chorando por uma economia fechada, pelas dé-

cadas afora? Hoje, é impossível isso. Hoje, ao contrário, com a globalização, ou os países se integram ou se desintegram. Não existe a opção de ficar isolado e integrado. Quem ficar isolado se desintegra. E quantos estão se desintegrando?

O problema é como você estabelece uma estratégia para uma integração que respeite seus interesses. Não é fácil, mas é o desafio que nós temos pela frente. É esse. E disso não se tinha consciência, no ponto de partida desses 7 anos que estão aí. Não se tinha consciência porque não estavam, assim, tão prementes nem tão presentes as limitações que existem no mundo contemporâneo e as oportunidades desse mundo contemporâneo.

Agora, como fazer esse processo de integração? É preciso uma modificação profunda nas instituições: as reformas. É preciso uma modificação profunda no setor produtivo e, tanto quanto no setor produtivo, em todo o sistema de infra-estrutura e de logística, para se poder, efetivamente, permitir uma integração e não ficarmos desintegrados – e uma integração competitiva, na qual nós tenhamos alguma vantagem. Bom, isso é um processo longo.

Então, volto ao que estava dizendo, da queixa de que não conseguimos crescer na velocidade que se queria. Mas nós mudamos o patamar da nossa indústria, da nossa empresa, dos nossos serviços. Eles são outra coisa.

Eu disse há pouco, e posso até ter sido mal entendido, que uma coisa é crescer 6% num certo tipo de regime, num certo tipo de estrutura; outra, é crescer noutro tipo de estrutura. E o nosso problema, aqui, era que nós tínhamos que mudar a estrutura. Não era pisar no acelerador. Não. Era mudar o rumo, mudar de estrada. E a nova estrada tinha que ser construída, não existia.

Eu acho que isso essa sociedade foi fazendo. E, ao ir fazendo, ela foi refazendo suas percepções, seus sentimentos, sua mentalidade, sua capacidade de cálculo. Isso veio junto, naturalmente, com a estabilização. Mas vai muito além da estabilização.

Acho, também, que nesses anos – isso não é fruto do Governo: é mudança na sociedade –, nós fomos percebendo, também, que a socie-

dade tem muito mais recursos do que se imagina. Refiro-me não à economia, mas à população, às formas de relacionamento, às formas de invenção: são muito mais ricas do que se imagina.

Quando se anda pelo Brasil – e eu ando bastante e leio o que posso – , vê-se que há uma mudança muito grande na base da sociedade brasileira. Pode ser que hoje, aqui, não se reivindique. Mas, hoje, toda a sociedade reivindica. E acabou a distância – isso é muito bom. Quer dizer, ao verem uma autoridade, o primeiro sinal não é de respeito, é de demanda – às vezes até uma demanda agressiva. Mas isso é bom, porque é um sinal de que a sociedade está andando e que ela é democrática, que ela deseja que as autoridades atendam aos seus anseios.

Essa mudança ninguém tira mais. Essa está dada, está enraizada na sociedade brasileira – uma ruptura muito grande do que foram os padrões tradicionais.

No tempo em que nós fazíamos um pouquinho de sociologia, tínhamos horror à sociologia da modernização. Mas é isso. É isso. Houve uma modernização. Os valores universais estão aqui, não existe mais campo para o assistencialismo, para o nepotismo. Ainda existe, mas é marginal.

E, claro, nós precisamos fazer com que outros setores da sociedade entrem no novo compasso, inclusive o setor político. Eu lhes dizia isso antes. Deixei de dizer, desde que fui Presidente, e, agora que estou quase deixando de ser Presidente, vou voltar a dizer: é preciso modernizar o setor político fortemente.

Não se trata de fazer uma reforma política: “Põe no Congresso uma lei.” Não adianta. É muito mais do que isso. É muito mais do que, simplesmente, mudar na lei. É preciso ir mudando. E ainda está mudando. Vai havendo, progressivamente, um avanço nessa matéria.

Em suma, eu não tinha que falar nada disso que falei. Eu tinha, simplesmente, que agradecer, aqui, a vocês, dizer da minha satisfação de ver, neste livro, um sinal, realmente, de que a sociedade está preocupada em fazer avaliações objetivas e dizer, enfim, que me sinto naturalmente gratificado de poder estar aqui, conversando, com liberdade, sobre o único governo que eu presidi. E reiterar que não sou estátua,

que, embora possa haver uma perspectiva da História, eu ainda espero fazer muita coisa e ajudar os demais a fazerem muita coisa, porque falta fazer muita coisa no Brasil.

Muito obrigado a vocês todos, especialmente ao Bolívar, ao Rubens e ao Carlos Eduardo.